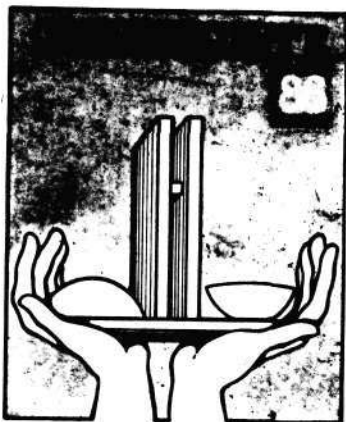


25 OUT 1985



Anistia abre crise no PMDB

A rejeição pelo Congresso, na madrugada de ontem, da emenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), que ampliava e concedia anistia irrestrita aos servidores civis e militares punidos, inclusive por atos administrativos, frustrou uma parte ponderável do PMDB. Para o deputado Francisco (PMDB-BA), o "partido ficou desalentado, traumatizado", enquanto que o seu companheiro Egídio Ferreira Lima (PE) constatava que a decisão do Congresso, em função de pressões dos ministros militares, comprovou que "continua a pairar sobre Sarney e o processo político a sombra da tutela militar".

DURA PROVA

O deputado Francisco Pinto dizia que o PMDB foi submetido a uma dura prova pelo Governo, enquanto que a cúpula militar revelava "total intransigência" em relação ao problema da anistia, recusando-se a entrar num acordo em torno de uma fórmula apresentada por ele o vice-líder Airton Soares (PMDB-SP).

— Mais uma vez — disse Chico Pinto — a sociedade brasileira, inclusive a sua facção militar, mostra uma marca de nossa história — o elitismo. Aos oficiais, proibiu-se atrasados e reintegração, mas deu-se alguma coisa; aos praças, aos mais humildes, nada. Uma ação antipovo, portanto.

Francisco Pinto lembrou que o brigadeiro Eduardo Gomes, uma glória da FAB e do País, já foi apontado por um certo procurador da República como o maior subversivo do País, o maior criminoso político, coisa que também aconteceu com os marechais Juarez Távora e Oswaldo Cordeiro de Farias, observando que a anistia é um gesto de grandeza.

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) observou que, no episódio, Governo e PMDB mostraram que continuam se estudando e que uma facção expressiva do partido decidiu manter-se em atitude crítica em relação ao Presidente da República e à situação nacional.

O PMDB mostra vitalidade, segundo o deputado pernambucano, mas uma parte mantém-se governista e outra resolve contestar o presidente Ulysses Guimarães e o líder Pimenta da Veiga, ambos brindados com parcas palmas ao final da votação que terminou ao amanhecer de ontem.

TUTELA

A tutela militar continua sobre Sarney e o processo, mas ela tende a ceder, se as lideranças políticas não cometerem erros. Egídio está convencido de que o estamento militar assimilaria perfeitamente a aprovação da emenda do deputado Jorge Uequed, mesmo porque não lhes restaria outra alternativa. E lamenta que a sociedade civil tenha se reconciliado com todos e que a instituição militar resista a essa idéia de reconciliação, ainda guardando rancores contra os que foram derrotados em 64.

Sustenta Egídio que a tutela militar sobre Sarney é uma ameaça grave ao Presidente da República e ao processo. "Se a tutela se acentuar — e ela vem se acentuando desde o episódio do coronel Brillante Ustra (adido militar no Urugual e identificado pela deputada Beth Mendes como torturador do Doldodi, em São Paulo) poderá levar o Governo Sarney a uma situação de absoluta dificuldade", disse Egídio Ferreira Lima.

Acrescentou que, se a tutela aumentar, Sarney se transformará em um prisioneiro dos militares, "não tendo condições de avançar um milímetro nos campos político, econômico e social". Nessa hipótese, o grande problema do Presidente seria chegar ao fim de seu Governo.

Assim mesmo, o deputado pernambucano julga difícil o exercício da tutela, uma vez que o processo político tornou-se célebre, as lideranças não o conduzem, são freqüentemente por ele conduzidas. A tutela militar só sobreviverá se houver muitos erros das lideranças políticas — eis a conclusão a que chegou Egídio.

Quanto à anistia, lamentou Egídio Ferreira Lima que os militares se recusam a confraternizar com os vencidos em 1964, enquanto a sociedade civil admitiu confraternizar com todos, inclusive aqueles que são repudiados pela nova ordem.

O resultado da votação da emenda Uequed foi revelador de que a bancada do PMDB é menos conservadora do que se imaginava.

Sarney feliz com emenda rejeitada

Logo que retornou ontem, às 5 da tarde, da viagem que fez a Barcarena, no Pará, o presidente José Sarney recebeu de sua assessoria uma boa e outra má notícia. Ficou satisfeito ao saber que a emenda Jorge Uequed, que concedia anistia ampla aos militares cassados em 64, fora rejeitada pelo Congresso, numa sessão que terminou pouco depois das cinco horas da manhã. Lamentou, porém, o adiamento da votação do segundo turno do substitutivo Valmor Giavarina, que convoca a Constituinte, provavelmente para depois das eleições municipais do dia 15 de novembro.

As informações repassadas a Sarney pelos assessores da Presidência reforçaram a impressão de que o Congresso Nacional vive uma crise de liderança. Os deputados Pimenta da Veiga, José Lourenço e Prisco Viana, líderes do PMDB, PFL e PDS na Câmara, votaram contra a emenda Uequed, cumprindo um acordo firmado previamente com os ministros militares. Mas as bancadas destes três partidos não respeitaram o entendimento.

Sarney ficou especialmente surpreso com o número de parlamentares do PMDB que disseram "sim" à emenda Uequed: 90. No PDS, 56 deputados, entre os quais muitos malufistas, fizeram coro favorável à proposta e engrossaram o grupo do PMDB. E no PFL, o número caiu para 16.

O Presidente considerou "grave" o fato de 50% do colegiado de vice-líderes do PMDB ter votado em favor da ampliação da anistia aos militares cassados. Dos 22 vice-líderes, 11 tiveram seus nomes entregues a Sarney por terem contrariado a orientação do Governo: Arthur Virgílio Neto (AM), Darcy Passos (SP), Jorge Uequed (RS), Júnia Marise (MG), Lélcio Sousa (RS), Mário Frota (AM), Renan Calheiros (AL), Airton Soares (SP), José Fogaça (RS), Marcondes Pereira (SP) e Raul Ferraz (BA).

A relação dos 16 parlamentares do PFL que contrariaram a posição do líder José Lourenço também chegou às mãos de Sarney: Alércio Dias (AC), Ubaldino Meireles (AM), Joacil Pereira (PB), Francisco Studart (RJ), Lázaro Carvalho (RJ), Sebastião Ataíde (RJ), Valter Casanova (RJ), Aécio Cunha (MG), Emilio Gallo (MG), José Machado (MG), Navarro Vieira Filho (MG), Oscar Corrêa Júnior (MG), José Camargo (SP), Natal Gale (SP), Ricardo Ribeiro (SP) e Bento Porto (MT).

TENTATIVA

Os assessores disseram ao presidente que José Fragelli, presidente do Senado, ainda tentou votar o substitutivo Giavarina e os três destaques que restavam na sessão matutina do Congresso Nacional. Por falta de quorum, porém, não conseguiu.